EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Ética é um dos grandes capítulos em que se divide o pensar do ser humano desde a época da Grécia Antiga. E, desde esse tempo, a ética vem tendo uma íntima ligação com a política, sendo um conceito eminentemente ligado ao coletivo.

É fato que a sociedade brasileira, especialmente a classe política, de tempos em tempos, passa por crises de ordem ética e moral. Em recente pesquisa, ficou constatada que a classe de maior descrédito perante a sociedade é a classe política. Diante dessa constatação, o que fazer? Algumas atitudes parecem estar sendo tomadas, dentre elas a aprovação recente, no Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, da Lei Complementar nº 135, de 2010, que veio com o escopo de afastar da política muitos políticos que não cumprem com as responsabilidades a que estão submetidos.

A atividade política só se justifica se o político, além de buscar a conquista do poder, direcionar suas ações para o bem público, cujo conceito variará de acordo com a ideologia e os valores de cada político, mas que sempre será buscado com prudência e coragem. A política e a moral, embora possam expressar ações e comportamentos humanos distintos, são igualmente importantes para a ação humana no sentido da transformação social.

É de extrema relevância que a classe política tenha o prestígio da sociedade que representa, tendo em vista que a saúde desta está intimamente conectada com a saúde daquela. A questão da moral e da ética não pode estar distanciada da política, visto que, sem ética e sem moral, não há representação política sadia, e, como consequência, a política não gozará de legitimidade perante a sociedade. A Lei da Ficha Limpa, com certeza, é um pequeno instrumento que pode contribuir para o início de um novo paradigma de mudanças e dar uma nova face aos nossos nobres representantes.

Pelo exposto, conclamo os nobres vereadores desta Casa a aprovarem a presente Proposição Legislativa.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2011.

VEREADOR ALDACIR JOSÉ OLIBONI

PROJETO DE LEI

Estabelece rol de impedidos de ocuparem cargos em comissão em geral e funções de secretários municipais, coordenadores, diretores e assessores e dá outras providências.

Art. 1º Ficam impedidos de ocupar cargos em comissão em geral e funções de secretários municipais, coordenadores, diretores e assessores, visando a proteger a probidade e a moralidade administrativa:

I – os agentes políticos que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, durante o período remanescente do mandato para o qual tenham sido eleitos e nos 4 (quatro) anos subsequentes ao término desse;

II – os que tenham contra si representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da decisão;

III – os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 4 (quatro) anos, contados após o cumprimento da pena, por crime:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro ou o mercado de capitais ou que esteja previsto na Lei que regula a falência;

c) contra o meio ambiente ou a saúde pública;

d) eleitoral, para o qual lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, de racismo, de tortura, de terrorismo ou hediondo;

h) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

i) contra a vida ou a dignidade sexual; ou

j) praticado por organização criminosa, quadrilha ou bando;

IV – os que forem declarados indignos do oficialato, ou os que com esse forem incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

V – os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por beneficiarem a si ou a terceiros, mediante abuso do poder econômico ou político, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da decisão;

VI – os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da eleição;

VII – os agentes políticos que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da renúncia;

VIII – os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 4 (quatro) anos, contados após o cumprimento da pena;

IX – os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 4 (quatro) anos, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

X – os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou união estável, para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da decisão;

XI – os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XII – as pessoas físicas e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas como ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da decisão; e

XIII – os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo-disciplinar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto na al. *a* do inc. III deste artigo os crimes culposos e aqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, assim como os de ação penal privada.

Art. 2º Previamente à nomeação para cargo em comissão em geral ou função de secretário municipal, coordenador, diretor ou assessor, a pessoa interessada firmará termo declarando-se não enquadrada em nenhum dos impedimentos de que trata esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.